



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS - SEPCONT/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 19841577/2021-SEPCONT/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.001093/2021-78

TERMO DE REFERÊNCIA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor(es)
24/08/2021	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Enelson Candeia da Cruz Filho
18/08/2021	1.1	Finalização da segunda versão do documento	Equipe de planejamento da contratação
xx/08/2021	1.2	Finalização da terceira versão do documento	Equipe de planejamento da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Prestação de Serviço não continuado de manutenção do software IBM i2 Analyst's Notebook Concurrent User Annual + SW Subscription & Support Renewal, para o período de 36 meses.
- 1.2. Para este procedimento licitatório não haverá fixação de cota reservada para ME/EPP/COOP (Lei nº 123/2006), por se tratar de aquisição global - fornecedor único e chave única para a solução a ser mantida (atualizada);
- 1.3. A exceção à fixação de cotas reservadas está prevista na hipótese do inciso II, art. 10 do Decreto no 8.538, de 2015, quando "não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente";
- 1.4. Não é cabível a aplicação de margem de preferência, nos termos da Lei nº 8.248/1991 e dos Decretos no 7.174/2010, 7.546/2011, 8.184/2014, 8.194/2014 e 7.903/2013, por se tratar de bem de origem estrangeira, da marca IBM.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade
1	IBM i2 Analyst's Notebook Concurrent User Annual SW Subscription & Support Renewal, para o período de 36 meses	25984 - Manutenção evolutiva de software (acréscimo de novas funcionalidades) - Outras linguagens	05 licenças

- 2.2. As 05 (cinco) licenças perpétuas adquiridas em 2020 e de propriedade da Diretoria Técnico-Científica possuem manutenção, atualizações e suporte assegurados até 31/12/2021.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o atendimento da necessidade do Serviço de Perícias Contábeis e Econômicas (SEPCONT/DPER/INC/DITEC/PF) do Instituto Nacional de Criminalística, ambos integrantes da estrutura da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal;
- 3.1.2. A Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, unidade de pesquisa e desenvolvimento de soluções para as áreas periciais e investigativas do órgão, atua em diferentes projetos e em áreas de conhecimento diversos, buscando sempre a excelência e eficiência em seus métodos e procedimentos periciais;
- 3.1.3. Por desenvolver atividades de caráter eminentemente técnico e científico, a DITEC e suas projeções descentralizadas têm na tecnologia da informação um elemento fundamental para a continuidade dos serviços prestados à sociedade. Em especial, o Serviço de Perícias Contábeis e

Econômicas tem por objeto elaborar análises e exames que recaiam sobre crimes econômicos e financeiros;

3.1.4. Os sistemas investigativos existentes na Polícia Federal utilizam-se de bases de dados estruturadas não integradas. A produção de informação e de prova é realizada mediante pesquisas realizadas pelos setores de forma não sistematizada e não centralizada. No processo investigativo, além das fontes estruturadas geradas nos mais diversos sistemas, são produzidas e coletadas informações objeto de buscas e apreensões, tais como e-mails, documentos, vídeos, dados de redes sociais, arquivos em discos rígidos, em grande parte, de natureza não-estruturada;

3.1.5. Em um cenário em que a atuação da Polícia Federal envolve a identificação de redes criminosas organizadas de forma cada vez mais complexas, é necessário se obter informações íntegras, ágeis e completas, tendo por base um volume extenso de dados não interligados e para que a pesquisa, análise e processamento desse grande volume de informações produzidas no curso das investigações sejam eficientes é preciso contar com a utilização de ferramentas modernas de informática, reduzindo o tempo e aumentando a assertividade sobre o objeto da investigação;

3.1.6. O Software Analyst's Notebook figura como a principal ferramenta de análise de vínculos utilizada pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR), Diretoria de Inteligência Policial (DIP), além de ser amplamente utilizada por forças policiais estaduais e pela Agência de Inteligência Brasileira, razão pela qual a sua manutenção se coloca como condição necessária para o intercâmbio de informações;

3.1.7. Logo, a garantia de suporte, manutenção e incorporação de novas funcionalidades da solução apoiará projetos em andamento de alto valor estratégico para o órgão, uma vez que estão diretamente ligadas às atividades finalísticas da instituição. Além de apoiar novas iniciativas que estão em andamento, mas que carecem de soluções tecnológicas capazes de processar uma grande quantidade de vestígios financeiros; adicionalmente, a preservação da ferramenta implica redução de custos com treinamento e curva de aprendizagem, facilitando a sua integração com as bases e compartilhamento de informações fazendo uso de arquivos já existentes. Sob uma perspectiva de treinamento, o Curso de Investigação e Análise Financeira (CIAF), desde a primeira edição, contempla o uso da ferramenta entre os Agentes de Polícia Federal.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
D01	Prestar melhores serviços para a sociedade a partir do uso eficaz de soluções de TIC
D04	Prover soluções de TIC alinhadas com o Plano Estratégico da Polícia Federal e previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020/2021	
ID	Projeto do PDTIC
N16	Modernização de ferramenta de análise de vínculos, com recursos de extração de entidades
N09	Extração de dados e análise forense

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	Descrição
2090	Software

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. O quantitativo previsto é equivalente ao número de licenças perpétuas adquiridas pela Diretoria Técnico-Científica no ano de 2020, em um total de 05 (cinco) unidades.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. As licenças estão agrupadas em chave única, de sorte que não é possível o parcelamento do objeto, pois a prova de titularidade deverá ser emitida pela IBM para o número do Site IBM que identifica a Diretoria Técnico-Científica como titular de licenças perpétuas.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. A garantia de atualização da solução Analyst's Notebook permitirá aos usuários o acesso a novas funcionalidades e versões eventualmente lançadas durante o período de vigência contido na prova de titularidade, oportunizando o intercâmbio de informações entre os mais diversos atores

envolvidos em processos de investigação e produção de prova pericial, o que se traduz em mais efetividade e celeridade para todo o processo persecutório;

3.5.2. Redução de custos com treinamento e melhoria na qualidade gráfica dos resultados que passarão a ser apresentados sob a forma de fluxo/diagramas, em contraponto à habitual modalidade tabelada.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. O Analyst's Notebook é voltado essencialmente à descoberta de padrões ocultos em processos complexos envolvendo lavagem de ativos, notadamente transferências de valores entre pessoas físicas e/ou jurídicas de interesse, as quais muitas vezes empregam interpostas pessoas com o intuito de afastarem os recursos de sua origem ilícita. Nesse contexto, não se revela viável o emprego de métodos convencionais de simples pesquisas textuais ou por parâmetros lógicos para se desenhar uma intrincada rede de relacionamentos de modo a permitir que os líderes de organizações criminosas sejam identificados, seus patrimônios revelados e suas operações individualizadas e quantificadas por período e/ou valor;

4.1.2. Em razão de o Analyst's Notebook ser uma ferramenta de análise de vínculos mundialmente consolidada e amplamente utilizada pelas forças policiais, órgãos de controle e de inteligência, a preservação da solução de exames de vínculos se traduz na elaboração de prova pericial robusta e efetiva.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Uma vez que o objeto desta contratação é utilizado majoritariamente no âmbito da Polícia Federal, não há necessidade de capacitação, pois esta é realizada nas ações regulares por servidores do órgão.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. A solução encontra-se em pleno uso, mas se aplica, no que couber, o disposto contido nos seguintes dispositivos, bem como outros regulamentos específicos, normas aderentes ao objeto e condições constantes no Edital e em seus Anexos:

4.3.2. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências;

4.3.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.4. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.3.4. Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000 - Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

4.3.5. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

4.3.6. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

4.3.7. Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004 - Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências;

4.3.9. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

4.3.2. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.3.3. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

4.3.4. Instrução Normativa Nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPR do Poder Executivo Federal;

4.3.5. Norma complementar nº 11/IN 01/DSIC/GSIPR - Estabelece as diretrizes para avaliação de conformidade nos aspectos relativos à Segurança da Informação e Comunicação (SIC), nos órgãos da Administração Pública Federal;

4.3.6. Instrução Normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020, a qual dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral

4.3.7. A presente contratação se dará por regime de execução indireta e por preço global.

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico pelo prazo de vigência contido na prova de titularidade emitida pela IBM, a contar do vencimento da prova de titularidade vigente, a alcançar termo dia 31/12/2021;

4.4.2. O serviço de suporte técnico deverá ser disponibilizado via telefone ou e-mail, pelo período contratado;

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados do término do

período de atualização contida na prova de titularidade que alcançará termo dia 31/12/2021;

4.5.2. Conforme explicitado no item 8.3 do Estudo Técnico Preliminar (19749904), a política de preços da detentora da solução exige que o pagamento se dê sob a forma de pagamento único;

4.5.3. Quanto ao prazo de apresentação da prova de titularidade especificando a data de início e término da vigência da manutenção garantida pela IBM, a futura contratada deve se ater ao previsto nas disposições específicas neste Termo de Referência.

4.6. **Requisitos de Segurança**

4.6.1. Cada nova versão com atualizações incorporadas à Solução Analyst's Notebook é obtida por link dedicado e instalada localmente, de sorte que não há requisitos de segurança a serem observados pela contratada e/ou provedora da ferramenta.

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. Cada nova versão da solução do fornecedor deverá ter documentação e guias entregues incorporados à própria ferramenta, preferencialmente:

4.7.2. Em língua portuguesa, ou, caso não haja, em língua inglesa;

4.7.3. Em mídia eletrônica, digital, ou caso não haja, em papel

4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. O software deverá possuir a capacidade de ser desinstalado e instalado novamente na mesma máquina ou em outra máquina, de acordo com a necessidade do gestor do proprietário do produto.

4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Não é objeto desta contratação o desenvolvimento de software, mas simplesmente a disponibilização de novas versões atualizadas da aplicação, portanto, não é necessário projeto de implementação.

4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. Serão admitidas a seguinte forma de entrega do software:

4.10.2. Download pela internet, preferencialmente pelo site do fabricante do software;

4.10.3. A prova de titularidade, contendo o novo prazo de vigência de manutenção, a ser emitida pela IBM deverá estar associada ao número do Site vinculado às 05 (cinco) licenças perpétuas adquiridas pela Diretoria Técnico-Científica;

4.10.4. O número do Site IBM será fornecido ao vencedor da licitação.

4.11. **Requisitos de Garantia**

4.11.1. Prazo de garantia integral do objeto, conforme previsto no Edital e observada a previsão da Lei 8.078/1990 sobre o tema, que deverá atender a todo o período de prestação do serviço de manutenção, compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, a contar:

4.11.1.1. Da data do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação;

4.11.1.2. Da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos.

4.11.2. A garantia técnica deverá ser realizada pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada com capacidade de atendimento em Brasília/DF, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem habilidade técnica necessária;

4.11.3. Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistência Técnica Autorizada, deverão ser divulgados, pelo fabricante, inclusive por meio de site na internet, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) Assistência(s) que prestará(ão) atendimento, bem como declaração do fabricante.

4.11.4. Todo software utilizado para o perfeito desempenho das funções dos produtos deverá ser assegurado durante todo o período de garantia, com correção de todas as possíveis falhas apresentadas e atualizações nas versões dos softwares, ocorridas no período, sem acarretar ônus para a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal;

4.11.5. Fazem parte da garantia e terão seus custos cobertos pelo contrato as reprogramações dos sistemas que não estejam em funcionamento adequado, correções de falhas de software (bugs), bem como o acesso a versões atualizadas de módulos de software (updates, firmware, etc) disponibilizadas pelo fabricante da solução durante o prazo contratado;

4.11.6. O serviço de garantia deverá contemplar as manutenções corretivas e o saneamento de todos os vícios e defeitos que a solução porventura venha apresentar.

4.12. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. Não se aplica.

4.13. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. No que couber, o serviço de instalação e/ou suporte técnico deverá ser prestado por profissionais especializados e certificados pelo fabricante da solução, devidamente capacitados.

4.14. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. A metodologia de trabalho deverá seguir o disposto nos requisitos de negócio e tecnológicos;

- 4.14.2. Somente serão aceitas licenças na versão mais atualizada e em idioma Português do Brasil (Pt-BR);
- 4.14.3. Caso o software requerido não possua ainda versão em Português (Pt-BR) serão aceitas versões em Inglês;
- 4.14.4. Não será aceita a entrega do software em mídia física, bem como a sua documentação, as quais deverão ser disponibilizadas por link administrado pelo fabricante da ferramenta.

4.15. **Requisitos de Segurança da Informação**

- 4.15.1. Não se aplica.

5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de entrega do bem é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço SPO, Quadra 7, Lote 23, Asa Sul, Estr. Setor Policial Militar, CEP 70610-200, Brasília/DF, em dia útil, no período das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas;

- 5.1.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.1.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.1.3. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução desta contratação.

6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade*;
- 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do objeto desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução desta contratação.

7.2. A contratada deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.

8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições desta contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade desta contratação.

10. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar

e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto desta contratação;

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

11.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

11.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

11.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão desta contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

11.10.1. Será rescindido o objeto desta contratação em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

11.11.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / (6 / 100)$	$I = 0,00016438$
------------------------	------------------

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência desta contratação e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, tendo em vista a inexistência de índices setoriais ou específicos para o objeto contratado;

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.2.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.2.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

12.2.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

12.2.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

12.2.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução desta contratação;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. Multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total desta contratação, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

13.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

13.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. RESCISÃO

14.1. A contratação poderá ser rescindida:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

16.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital;

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Na qualificação técnica as empresas participantes devem apresentar carta do fabricante que indique estarem habilitadas para comercializar o produto (licença) do objeto.

17. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação, para o período de 36 (trinta e seis) meses, é de **RS\$146.194,50 (cento e quarenta e seis mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)**, apurado em função da metodologia descrita no documento 19749914;

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200406

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06122003220000001

Elemento de Despesa: 339040 - Locação/Manutenção de Software

Plano Interno: PF99900T21

19. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

19.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento SEI 19747265.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Integrante Requisitante ENELSON CANDEIA DA CRUZ FILHO SIAPE: 2543693	Integrante Requisitante WILSON AKIRA UEZU SIAPE:1558507	Integrante Técnico FELIPPE PIRES FERREIRA SIAPE: 1903942
---	--	---

Aprovo. Encaminhe-se ao SELOG/DITEC/PF para providências relativas à contratação, segundo o Art. 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico
ORDENADOR DE DESPESAS



Documento assinado eletronicamente por **ENELSON CANDEIA DA CRUZ FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/10/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPPE PIRES FERREIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/10/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON AKIRA UEZU, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/10/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 19/10/2021, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20626823** e o código CRC **1DF3CDCB**.

Referência: Processo nº 08201.001093/2021-78

SEI nº 20626823